

DESPACHO RT.41/2020

Assunto: Normas Transitórias Excepcionais de Regulamentação de Ensino e Aprendizagem a Distância

Devido à situação excecional do atual estado de emergência de saúde pública e na sequência das medidas legais que têm vindo a ser tomadas para mitigar a pandemia SARS-CoV-2 (COVID 19), torna-se necessário que a Universidade do Algarve adapte também, com carácter excecional, as suas regras internas à atual realidade.

O Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia, determina, no n.º 1 do seu artigo 9º, a suspensão de atividades letivas e não letivas formativas com presença de estudantes em estabelecimentos de ensino, até reavaliação da situação.

Em comunicado de 11/03/2020 a Universidade do Algarve determinou a suspensão de todas as atividades letivas, e a implementação pelas unidades orgânicas dos meios de ensino a distância, relevando neste conspecto estabelecer normas transitórias excecionais que regulamentem essa forma de ensino.

Considerando a previsão do n.º 2 do artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e atendendo a que neste particular contexto se impõe dispensar os passos procedimentais incompatíveis com a urgência da emissão das presentes normas transitórias, nos termos e ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do artigo 100º do CPA é dispensada a audiência dos interessados.

Sem prejuízo do disposto no artigo 139º do CPA, privilegiar-se-á a notificação individual das presentes normas, efetuada para o endereço eletrónico dos estudantes da Universidade do Algarve, e divulgação no sítio institucional da instituição de ensino.

Nesta conformidade, na sequência da suspensão das atividades letivas presenciais e das comunicações anteriores relativas ao ensino a distância, ouvidos os Diretores das Unidades Orgânicas e os respetivos Conselhos Pedagógicos, no exercício do poder conferido ao Reitor pelas alíneas d), r) e t) do n.º 1 e ainda pelo n.º 2 do artigo 33º dos Estatutos da Universidade do Algarve, são aprovadas as seguintes Normas Transitórias Excecionais de Regulamentação do Ensino e Aprendizagem, que vigorarão durante o

período de suspensão das atividades presenciais na Universidade do Algarve devido à pandemia COVID 19:

1. Para efeitos das presentes normas considera-se ensino a distância aquele que prescinde da presença física do estudante e em que as atividades de ensino e aprendizagem utilizam tecnologias de informação e comunicação e incluem, nomeadamente, aulas por videoconferência ou através de outras alternativas digitais, fichas, trabalhos, relatórios, materiais de suporte eletrónico, entre outros;
2. O início formal das atividades letivas na modalidade de ensino a distância teve lugar no dia 18 de março de 2020;
3. Os ciclos de estudo continuarão a ser lecionados a distância até indicação em contrário;
4. Sempre que possível devem ser planeados trabalhos e outras atividades que possam suprir as atividades letivas presenciais suspensas;
5. A componente prática das Unidades Curriculares pode ser substituída por vídeos de atividade laboratorial e realização de relatórios utilizando dados de anos anteriores;
6. Na programação letiva devem ser incluídas formas síncronas ou assíncronas de interação com os estudantes, nomeadamente para transmissão e análise de conteúdos, orientação e avaliação.
7. A duração das atividades letivas, incluindo o trabalho autónomo do estudante, deverá estar de acordo com as horas totais de trabalho previstas para a Unidade Curricular;
8. No agendamento das aulas a distância síncronas deve ser utilizado o horário das aulas presenciais, estabelecidos para o semestre;
9. A manutenção da realização de estágios, projetos, relatórios, teses e dissertações deve ser analisada caso a caso em articulação com o(s) orientador(es), o Diretor de Curso e o Conselho Pedagógico, em articulação com o Diretor de Unidade Orgânica;
10. A componente prática dos estágios, projetos, relatórios, teses e dissertações pode ser substituída por outra atividade devidamente validada pelos órgãos competentes, nomeadamente, pela realização de monografias;

11. Nos termos legais e regulamentares em vigor, é mantida a obrigação de elaborar o sumário de cada aula, indicando os conteúdos lecionados da unidade curricular e a sua disponibilização no SIGES;
12. Os Diretores de Curso, em articulação com os órgãos competentes, devem promover as medidas necessárias para garantir a qualidade do ensino e aprendizagem no curso e o cumprimento das regras e dos princípios vigentes;
13. As aulas a distância sumariadas, são consideradas para efeitos do número total de aulas previstas, de acordo com o fixado no calendário escolar;
14. O docente responsável de Unidade Curricular deve identificar e reportar ao Diretor de Curso os estudantes que não dispõem de meios de suporte tecnológico às atividades letivas a distância;
15. Sempre que possível, o docente responsável de Unidade Curricular, em articulação com o Diretor de Curso e o Conselho Pedagógico, deve assegurar meios alternativos que permitam o ensino a distância para os estudantes identificados no ponto anterior;
16. Para efeitos de planeamento das atividades letivas, o Diretor de Curso, em articulação com os docentes Responsáveis de Unidade Curricular, deve identificar as Unidades Curriculares que não podem ser integralmente lecionadas a distância, reportando até ao dia 31 de março essa situação ao Presidente do Conselho Pedagógico e à Direção da Unidade Orgânica;
17. O período previsto no calendário escolar para a Semana Académica, entretanto cancelada pela Associação Académica, pode ser utilizado unicamente para a reposição de aulas em atraso;
18. Os momentos de avaliação das unidades curriculares, comuns a diversos ciclos de estudos, que, eventualmente, venham a ser objeto de nova marcação, têm prioridade sobre as datas de avaliação de outras unidades curriculares;
19. Sem prejuízo de uma eventual alteração ao calendário escolar, os estudantes inscritos no presente ano letivo em unidades curriculares anuais ou unidades curriculares do 2.º semestre têm acesso a uma época especial de exames a estabelecer por despacho reitoral, à exceção das unidades curriculares do tipo projeto, estágio, estágio clínico, prática de ensino/pedagógica supervisionada, dissertação e tese ou em outras unidades curriculares em que a avaliação requeira provas públicas;

20. Em caso de absoluta necessidade, poderá ser autorizada pelo órgão competente a prorrogação dos prazos previstos para a avaliação das unidades curriculares de projeto, estágio, estágio clínico, prática de ensino/pedagógica supervisionada, dissertação e tese e em outras unidades curriculares em que a avaliação requeira provas públicas;
21. As alterações nos conteúdos das Fichas de Unidade Curricular, nomeadamente nas metodologias de ensino e de avaliação do ensino e aprendizagem, decorrentes da aplicação das presentes normas devem ser refletidas em documento próprio, a disponibilizar aos estudantes no Moodle e por correio eletrónico, uma vez validadas pelo Diretor de Curso em articulação com o Conselho Pedagógico;
22. O documento mencionado no ponto anterior será emitido, pela Universidade do Algarve, como adenda à respetiva Ficha de Unidade Curricular;
23. Enquanto se mantiver a suspensão das atividades presenciais na Universidade do Algarve são suspensas todas as normas do Regulamento de Avaliação da Universidade do Algarve, Despacho n.º 10776/2016, publicado no *Diário da República* n.º 167, 2.ª série, de 31 de agosto, que colidam com as presentes normas de ensino a distância.

O presente Despacho entra em vigor imediatamente, devendo assegurar-se a sua mais ampla publicitação, designadamente por notificação dos estudantes para o endereço eletrónico institucional, divulgação no portal académico e no portal da Universidade do Algarve, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*, nos termos do artigo 139.º do CPA, antes da qual não poderão ser retirados quaisquer efeitos desfavoráveis para a esfera jurídica dos interessados.

Faro, 27 de março de 2020

O Reitor